

XI - ÁREA REGIONAL DE SOROCABA
 LOCAL: FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA – FADI
 Rua Dra. Ursulina Lopes Torres, 123 - Bairro Jardim Vergueiro – Sorocaba / SP
 Promotores:
 ALEXANDRA MILARE TOLEDO SANTOS
 ANA ALICE MASCARENHAS MARQUES
 FABIO GUNÇO KACUTA
 FABRICIO PEREIRA DE OLIVEIRA
 RAFAEL CORREA DE MORAIS AGUIAR
 RENATO AUGUSTO VALADAO
 THIAGO HENRIQUES BERNINI RAMOS
 WILSON VELASCO JUNIOR
XII - ÁREA REGIONAL DE TAUBATÉ
 LOCAL: UNIVERSIDADE TAUBATÉ – UNITAU – Departamento de Informática
 Avenida Marechal Deodoro, 605 – Jardim Santa Clara – Taubaté / SP
 Procurador:
 DIMITRIUS EUGENIO BUERI
 Promotores:
 ALEXANDRE AFFONSO CASTILHO
 ALEXANDRE MOURÃO MAFETANO
 CARLOS EDUARDO BRECHANI
 CARLOS EDUARDO DE CASTRO PACIELLO
 CATIA APARECIDA DE SOUSA MODOLO
 CELESTIANY VILLAR DA SILVA
 EDUARDO DIAS BRANDAO
 ELAINE TABORDA DE AVILA
 LEONARDO REZEK PEREIRA
 OSVALDO DE OLIVEIRA COELHO
 TIAGO OLIVEIRA PRATES DA FONSECA
 PAULA GIZZI DE ALMEIDA PEDORSO GUIRADO
XII - ÁREA REGIONAL DE VALE DO RIBEIRA
 LOCAL: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP – Campus Experimental de Registro
 Rua Nelson Brihi Badur, 430 – Vila Tupy - Registro / SP
 Promotor:
 LEANDRO ROCHA PEREIRA
 (Republicada por necessidade de retificação – doe de 01-12-2018)

II - ATOS

II - ATOS
 Ato do Procurador-Geral de Justiça de 3-12-2018
 O Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 85, inciso I da Lei Complementar 734, de 26-11-1993, DESLIGA, a pedido, os seguintes estagiários:
 ÁREA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO II
 SUELLEN RAYER LEITE, R.G. 34.357.403, PJ DE CARAPICÚBA, a partir de 20-12-2018 (Pt. 101.454/18).
 ÁREA REGIONAL DE CAMPINAS
 CARLAN XAVIER NASCIMENTO, R.G. 3.220.597 SSP/ES, PJ DE MOGI GUAÇU, a partir de 20-12-2018 (Pt. 101.152/18).
 ÁREA REGIONAL DE SÃO JOSÉ RIO PRETO
 LUCAS MIGUEL PEREIRA DA CUNHA, R.G. 43.397.381-X, PJ CÍVEL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, a partir de 20-12-2018 (Pt. 99.800/18).
 ÁREA REGIONAL DE SOROCABA
 MATHEUS ELIAS FIGUEIREDO SCARLATTE PEDROSO, R.G. 53.803.433-6, PJ DE CAPÃO BONITO, a partir de 18-12-2018 (Pt. 101.595/18).
 Ato do Procurador-Geral de Justiça de 14-11-2018
 O Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de sua atribuição legal que lhe é conferida pelo art. 127, parágrafo 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e em conformidade como artigo 36, inciso II, alínea “b” do Ato Normativo 1.017, de 04-04-2017, DEFERE o pedido formulado pela estagiária Stefanie Cristine Barroco Falcí de Freitas, concedendo Licença para Tratar de Assuntos Pessoais por 45 dias, no período de 04-12-2018 a 17-01-2019.

III - AVISOS

III - AVISOS
 Avisos de 27-11-2018
 nº 536/2018 – PGJ
 O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, publica para conhecimento, a pedido do Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, os nomes dos Procuradores de Justiça que manifestaram interesse em concorrer aos cargos de Secretário Executivo e Vice-Secretário daquela Procuradoria de Justiça, conforme disposto no parágrafo 6º do artigo 4º do Ato Normativo 412/2005-CPJ.
 Secretário-Executivo:
 Arthur Medeiros Neto
 Vice-Secretário Executivo:
 Eduardo Marcelo Mistrorigo de Freitas
 (Pt. 98.220/2018)
 nº 537/18 – PGJ
 O Procurador-Geral de Justiça Avisa aos Senhores Membros do Egrégio Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça que será realizada REUNIÃO ORDINÁRIA, às 13h30 horas, do dia 05 de dezembro de 2018, no Auditório “Tilene Almeida de Moraes”, no prédio sede do Ministério Público do Estado de São Paulo, localizado na Rua Riachuelo, 115, 9º andar.
 Avisos de 3-12-2018
 nº 544/2018 – PGJ
 O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, convida os Procuradores de Justiça integrantes da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos para reunião ordinária, no **Auditório do Ministério Público, à Rua Rafael de Barros, 232, no dia 11-12-2018, às 18 horas e 30 minutos**, com a seguinte pauta:
 1. Eleição do Secretário Executivo e Vice-Secretário Executivo;
 2. Leitura, apreciação e aprovação da Ata da reunião anterior;
 3. Relatório mensal de distribuição de processos;
 4. Comunicações do Secretário-Executivo e dos Procuradores e Promotores de Justiça integrantes da Procuradoria; e
 5. Outras matérias de interesse da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos.
546/2018 - PGJ
23º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo – Graduação em Direito
 O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, a pedido da Presidente da Comissão do 23º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo, FAZ PUBLICAR A TODOS OS INTERESSADOS, os cadernos de perguntas e os respectivos gabaritos, da **prova realizada no dia 2 de novembro de 2018**, bem como instruções, para apresentação de eventual recurso.
 1. Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias para recursos, contados a partir da publicação deste Aviso.
 1.1. No prazo do recurso, o candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, poderá arguir perante a Comissão de concurso, sob pena de preclusão, a nulidade de questões por deficiência na sua elaboração e incorreção das alternativas apontadas.
 1.2. A arguição deverá ser motivada, sob pena de não conhecimento.
 1.3. A arguição deverá ser protocolada, pelo candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, na Secretaria do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público ou

nas Áreas Regionais (Anexo I do Edital), no período de **05 a 10-12-2018, das 11h30 às 18h30**.

2. Havendo mais de uma arguição, a Comissão do Concurso as reunirá para divulgação conjunta do resultado dos julgamentos.

3. Ultrapassado o prazo previsto no item 9.1. do Edital e 1.3 deste Aviso e resolvidos os recursos, se apresentados, será publicado o gabarito definitivo e a lista dos aprovados, relacionados por Região, no Diário Oficial do Estado (Poder Executivo - Seção I) e divulgados no site do MPSP (www.mpmp.br) e do CEAFF/ESMP (www.esmp.mpmp.br), a partir do dia **19 de dezembro**.

4. Em nenhuma hipótese caberá recurso da decisão que apreciar a arguição.

PROVAS E GABARITOS PROVA "A"

01. As funções do Ministério Público:
 a) podem ser exercidas por integrantes de carreiras da advocacia pública, por autorização do chefe da instituição, quando não houver Promotor de Justiça residente na comarca;
 b) podem ser exercidas apenas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição;
 c) podem ser exercidas por advogados nomeados, por autorização do chefe da instituição, desde que apenas para um ato e para evitar grave prejuízo à sociedade;
 d) podem ser exercidas por advogados nomeados pelo juiz do processo, desde que apenas para um ato e para evitar grave prejuízo à sociedade.

02. Assinale a alternativa INCORRETA:
 a) é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para garantir o efetivo respeito dos usuários dos serviços públicos;
 b) é função privativa do Ministério Público a promoção da ação civil pública;

c) é função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
 d) é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem.

03. Ao se deparar com representação de que pessoa com deficiência visual foi impedida de entrar em restaurante na companhia de seu cão-guia, sob a alegação de que a presença de animais não era permitida no local, deve o Promotor de Justiça:
 a) indeferir a representação uma vez que se trata de questão de saúde pública, sendo insalubre a presença do animal no local;
 b) instaurar Inquérito Civil e promover as medidas adequadas, por ofensa aos direitos difusos das pessoas com deficiência visual, a quem a lei assegura o direito de estar acompanhado do cão-guia;

c) indeferir a representação por se tratar de questão puramente individual;
 d) apenas promover ação visando a reparação de danos morais para que o proprietário do cão-guia receba devida indenização patrimonial.

04. São princípios institucionais do Ministério Público:
 a) a indivisibilidade, a independência funcional e a oralidade;
 b) a unidade, a indivisibilidade e a oralidade;
 c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
 d) todas as alternativas estão corretas.

05. Como guardião da Constituição Federal e, na defesa do regime democrático do direito, compete ao Ministério Público:
 a) garantir a todos o acesso a cargos, empregos e funções públicas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação;
 b) garantir a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença;
 c) zelar pela dignidade da pessoa humana e pela integridade física e moral da pessoa presa;

d) todas as alternativas estão corretas.
 06. Inicia-se a personalidade natural:
 a) 24 horas após o nascimento;
 b) com o nascimento com vida;
 c) com o registro civil do nascimento em cartório;
 d) com a concepção.

07. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
 a) os menores de 16 (dezesesseis) anos;
 b) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
 c) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

d) os ausentes, declarados tais por ato do juiz.
 08. São pessoas jurídicas de direito público:
 a) as organizações religiosas;
 b) as sociedades;
 c) os partidos políticos;
 d) as autarquias.

09. Considerando os enunciados relativos ao domicílio (artigos 70 a 78 do Código Civil), assinale a alternativa INCORRETA:
 a) o domicílio da pessoa natural é o local onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo;
 b) o domicílio do incapaz é o local onde for encontrado;
 c) o domicílio do preso é o local onde cumpre a sentença;
 d) se a pessoa natural tiver várias residências, onde alternadamente reside, considerar-se-á seu domicílio qualquer delas.

10. Em regra, poderão ser admitidos como testemunhas, nos termos do artigo 228, “caput”, do Código Civil:
 a) os menores de 16 anos;
 b) aqueles que, por enfermidade ou retardamento mental, não tiverem discernimento para a prática dos atos da vida civil;
 c) o amigo íntimo ou inimigo capital das partes;
 d) os cônjuges, ascendentes e descendentes de alguma das partes.

11. Assinale a alternativa INCORRETA.
 Não corre prescrição:
 a) contra a pessoa incapaz interdita por doença ou deficiência;
 b) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;
 c) contra os menores de 16 anos de idade;
 d) pendendo ação de evicção.

12. Assinale a alternativa INCORRETA.
 A fundação poderá constituir-se para:
 a) assistência social;
 b) cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico;
 c) atividades econômicas e empresariais;
 d) educação.

13. Em matéria de direito civil, não se considera ação de estado:
 a) interdição;
 b) divórcio;
 c) anulação de casamento;
 d) alimentos.

14. Leia atentamente os enunciados abaixo e responda:
 I - Considera-se crime consumado aquele que reúne todos os elementos de sua definição legal.
 II - Considera-se crime tentado aquele que, uma vez iniciada a sua execução, não se consuma por vontade própria do agente.
 III - Considera-se crime impossível aquele que não se pune a tentativa por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta imprópriedade do objeto.

IV - O crime é doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
 V - As modalidades dos crimes culposos são apenas imprudência e imperícia.
 a) os enunciados I e III são corretos;
 b) os enunciados I, II e V são corretos;
 c) os enunciados I, III e IV são corretos;
 d) todos os enunciados estão corretos.

15. Quanto ao critério de cálculo de pena, pode se dizer que o Código Penal adotou o critério:
 a) trifásico;
 b) monofásico;
 c) bifásico;
 d) nenhuma das anteriores.

16. Não há crime quando o agente pratica o fato:
 a) em estado de necessidade, em legítima defesa, embriagado ou no exercício regular de direito;
 b) em legítima defesa, embriagado, sob forte emoção ou em estado de necessidade;
 c) em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito;
 d) sob forte emoção ou em razão da paixão, embriagado, em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

17. A respeito das penas é CORRETO afirmar:
 I - As penas são: privativas de liberdade, restritivas de direitos e multa.
 II - As penas restritivas de direitos são: prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.
 III - A multa deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença. A requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais.

a) apenas os enunciados I e II estão corretos;
 b) apenas o enunciado III é correto;
 c) apenas os enunciados I e III estão corretos;
 d) todos os enunciados estão corretos.

18. Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa CORRETA:
 I - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
 II - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
 III - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, permanecendo apenas os efeitos da sentença condenatória.

a) apenas o enunciado I está correto;
 b) apenas os enunciados I e II estão corretos;
 c) apenas os enunciados I e III estão corretos;
 d) todos os enunciados estão corretos.

19. Assinale a alternativa INCORRETA:
 a) o oferecimento da denúncia ou da queixa e a decisão confirmatória da pronúncia são causas interruptivas da prescrição;
 b) a prescrição, a decadência ou a perempção, assim como a morte do agente e o perdão judicial, nos casos previstos em lei, são causas extintivas da punibilidade;
 c) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos;
 d) o recebimento da denúncia ou da queixa e a pronúncia são causas interruptivas da prescrição.

20. Sobre a ação penal é INCORRETO afirmar:
 a) a ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido;
 b) a ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça;
 c) a representação, para os crimes de ação penal pública condicionada, pode ser oferecida a qualquer tempo, mesmo depois de recebida a denúncia;
 d) a representação será irretirável depois de oferecida a denúncia.

21. Sobre a reincidência é CORRETO afirmar:
 a) a reincidência pressupõe uma sentença condenatória transitada em julgado pela prática de crime. Caracteriza-se a reincidência quando o novo crime é cometido após sentença condenatória de crime anterior que não cabe mais recurso;
 b) a reincidência pressupõe uma sentença condenatória, pela prática de crime ou de contravenção penal. Caracteriza-se a reincidência quando novo crime ou contravenção penal é cometido após sentença condenatória por crime ou contravenção penal anterior, independentemente de trânsito em julgado;
 c) a reincidência prescinde de sentença condenatória transitada em julgado. Caracteriza-se a reincidência pela reiterada prática de crimes após o recebimento de uma denúncia;
 d) a reincidência prescinde de sentença condenatória transitada em julgado. Caracteriza-se a reincidência pela prática reiterada de crimes após o oferecimento de uma denúncia.

22. Sobre a Jurisdição, é INCORRETO afirmar:
 a) a jurisdição é uma e indivisível;
 b) por caráter substitutivo da jurisdição, entende-se que o Estado substitui, como uma atividade sua, as atividades daqueles que estão envolvidos no conflito trazido à apreciação;
 c) por escopo jurídico de atuação do direito, entende-se que a jurisdição tem como finalidade o cumprimento e a realização das normas de direito substancial;
 d) em regra, a jurisdição é exercida de maneira espontânea, de ofício.

23. Sobre o sistema acusatório, no processo penal, é INCORRETO afirmar:
 a) as funções de acusar (pública ou privada), defender e julgar são incumbidas a diferentes pessoas;
 b) o interrogatório é considerado somente meio de prova, tendente à confissão forçada do réu;
 c) a apreciação das provas compete a um juiz imparcial, que deverá fundamentar sua decisão;
 d) o acusado é considerado como sujeito de direitos e não apenas como mero objeto do processo.

24. Assinale a alternativa INCORRETA:
 a) em virtude do princípio do juiz natural, proíbe-se a criação de juízos ou tribunais de exceção e se consagra a necessidade do processamento e julgamento da causa pelo juiz competente, segundo as regras anteriores ao fato;
 b) os atos processuais em regra são públicos e a lei só poderá restringir a sua publicidade quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
 c) a todos, somente no âmbito judicial e não no âmbito administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;
 d) por princípio do livre convencimento motivado do juiz, entende-se que o juiz deve decidir, segundo critérios críticos e racionais, com base nos elementos existentes no processo, de maneira motivada.

25. Assinale a alternativa INCORRETA:
 a) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
 b) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;
 c) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;
 d) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência somente para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

26. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (CF, artigo 5º, LV). Assinale a alternativa CORRETA:

a) o acusado, em qualquer hipótese, poderá promover sua própria defesa;
 b) o autor não pode ter acesso aos documentos sigilosos juntados pelo réu;
 c) o réu pode se utilizar de todo e qualquer meio de prova lícita, ainda que não prevista em lei;
 d) a condenação baseada na confissão impede o recurso do réu.

27. Assinale a alternativa CORRETA:
 a) a perda de bens e liberdade podem ser determinadas pelo promotor de justiça, desde que em despacho fundamentado e garantida a ampla defesa;
 b) a perda de bens e liberdade podem ser determinadas pelo delegado de polícia no inquérito policial, desde que em despacho fundamentado e garantida a ampla defesa;
 c) a perda de bens e liberdade dependem de ato do Poder Legislativo, com chancela do Executivo;
 d) a perda de bens e liberdade podem ser determinadas pelo juiz no processo, desde que em despacho fundamentado e garantida a ampla defesa.

28. Considerando o Código de Processo Civil assinale a alternativa CORRETA:
 a) o ordenamento processual brasileiro admite somente o processo judicial como forma de solução de conflitos;
 b) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos são instrumentos cabíveis somente no curso do processo judicial;
 c) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;
 d) a solução consensual de conflitos é instrumento a ser evitado pelo Estado, a fim de se estimular a solução litigiosa pelo Poder Judiciário.

29. Assinale a alternativa INCORRETA:
 a) a jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte;
 b) a norma processual será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada;
 c) aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé;
 d) em razão dos interesses próprios que movem as partes, os sujeitos do processo civil não têm o dever de cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

30. São deveres dos estagiários, salvo:
 a) manter sigilo sobre fatos relevantes de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;
 b) comprovar, no início de cada ano letivo, a renovação da matrícula no curso, bem como que não foi reprovado em mais de uma disciplina;
 c) cumprir com presteza e eficiência as tarefas que lhes forem atribuídas;
 d) apresentar anualmente relatórios de suas atividades ao Núcleo de Acompanhamento de Estágio.

31. Leia com atenção os enunciados abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:
 a) compete ao Conselho Superior do Ministério Público avaliar o desempenho do estagiário, nos termos do regulamento a ser estabelecido, expedindo o certificado correspondente;
 b) é vedado ao estagiário utilizar distintivos e insígnias privativas de Membros do Ministério Público;
 c) o estagiário, no exercício de suas funções, estará sujeito à fiscalização, orientação, inspeção permanente e orientação dos órgãos perante aos quais presta serviços e pelo núcleo de acompanhamento de estágio;
 d) é vedado ao estagiário desempenhar qualquer cargo, emprego ou função pública, bem como exercer atividade privada incompatível com a sua condição de estagiário.

32. Leia os enunciados abaixo e responda a alternativa CORRETA:
 I - O estagiário será desligado automaticamente caso venha se ausentar do serviço, durante o ano civil, por mais de dez dias sem justificativa, ou por mais de vinte dias, ainda que motivadamente.
 II - Os estagiários integram os Órgãos Auxiliares do Ministério Público.
 III - O período de exercício na função de estagiário será considerado tempo de serviço para todos os fins.
 IV - Não é incumbência dos estagiários os serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo, que lhe forem atribuídos.
 V - O estágio confere vínculo empregatício com o Estado.

a) os enunciados I, IV e V são corretos;
 b) os enunciados I, II e III são corretos;
 c) os enunciados II e III são corretos;
 d) todos os enunciados são corretos.

33. Sobre o emprego do verbo haver, assinale a alternativa INCORRETA:
 a) os corrêus houveram do juiz a substituição de suas penas;
 b) brigavam à toa pela internet, sem que houvesse razões suficientes;
 c) casos raros houveram na minha profissão de médico;
 d) o fato ocorreu há dois anos, não havendo que se falar em prescrição.

34. Assinale a alternativa INCORRETA:
 a) o remédio devia ser ingerido gota à gota, e não de uma só vez;
 b) dia a dia o estagiário foi evoluindo;
 c) o devedor acabou efetuando o pagamento a prazo;
 d) o réu confessou sua conduta e por isso é culpado, à evidência.

35. Assinale a alternativa que apresenta palavras acentuadas segundo as mesmas regras das palavras abaixo, respeitadas a ordem de aparecimento:
 planície – vôlei – vêu – café – júri
 a) saída – régua – sóis – bebê – fórum;
 b) férias – chapéu – túneis – ninguém – táxi;
 c) cerimônia – jóquei – réis – freguês – lápis;
 d) úteis – ânsia – vêm – gambá – bônus.

36. Segue a documentação _____. O alimentante está _____ com o pagamento da pensão. Os policiais estão sempre _____. A estagiária ao entrar na sala de audiências estava _____ encubulada.

Preencha corretamente as lacunas:
 a) anexo, quites, alertas, meia;
 b) anexa, quite, alertas, meia;
 c) anexo, quites, alerta, meio;
 d) anexa, quite, alerta, meio.

37. Na frase: “Navegue grátis na internet por um mês sem compromisso”, assinale a alternativa CORRETA referente a todos os adjuntos adverbiais nela contidos.
 a) há quatro adjuntos adverbiais: dois de modo, um de tempo e um de lugar;
 b) há três adjuntos adverbiais: dois de modo e um de tempo;
 c) há dois adjuntos adverbiais: um de modo e um de tempo;
 d) há um adjunto adverbial: um de modo.

38. Assinale a alternativa CORRETA:
 a) enfim, o Juiz de Direito converteu o julgamento em diligência a fim de produzir prova pericial;